

CÉLULA SOCIAL E CONTABILIDADE

Antônio Lopes de Sá

Condição básica para entender os fenômenos contábeis é a fidelidade de observação dos mesmos sob a ótica da “célula social”. O Neopatrimonialismo, ao adotar uma nova filosofia, embora holístico em sua forma de abrangência cultural, tem, todavia, como básica em sua metodologia, a célula da sociedade, entendida essencialmente como parte de um organismo coletivo. Bem conceituar, sob um prisma específico, essa questão é uma das responsabilidades fundamentais da Teoria Científica da Contabilidade.

PALAVRAS CHAVES: *Entidade – Azienda – Célula social – Empresa – Instituição - Empreendimento*

NOVAS ÓTICAS EM CONTABILIDADE

Analisar as transformações constantes do patrimônio sob uma ótica científica dinâmica foi algo que inspirou os intelectuais da Contabilidade desde o início do século XX, buscando conhecer melhor a razão e a própria finalidade do comportamento da riqueza individualizada.

Entretanto, o reconhecimento de que nossos estudos deveriam adentrar-se nas verdadeiras mutações patrimoniais, em vez de nos limitarmos a obter simples anotações para informar, ou seja, de que algo de mais substancial merecia a atenção, provem de tempos muito antigos e já se encontra em escritos produzidos alguns séculos antes da era cristã (como na velha Índia, a obra de Kautyilia, o Arthasastra).

A intuição para o conhecimento dos fatos registrados parece ter sido uma vocação sempre existente, mesmo porque de nada valeria a informação se não se soubesse o que ela representa e que utilidade dela se poderia extrair.

A busca da explicação dos fatos evidenciados pelos registros e demonstrações é muito antiga e basta, por exemplo, analisar as cartas de Plínio, o moço, a Trajano (53 a 117 da era cristã), para que se tenha uma idéia sobre tal preocupação.

A forma metódica, entretanto, objetiva, de investigar as razões pelas quais o fato patrimonial acontece, buscando conceitos racionais, só a encontramos em uma fase pré-científica surgida no século XVI, especialmente a que se acha estampada na obra de Ângelo Pietra (de 1586), daí por diante sempre evoluindo, até que muitas correntes intelectuais a partir do século XIX erguessem todo um valoroso conjunto doutrinário.

A referida evolução buscou um aspecto dinâmico de entendimento e o desenvolvimento de tais matérias nos o devemos especialmente aos contadores alemães, italianos, franceses e portugueses.

Hoje, todavia, a doutrina do Neopatrimonialismo, transcendendo ao que já se havia conquistado, volveu para o campo do holismo e não mais se contentou em saber sobre o “sucedido” ou o que “possa vir a suceder” baseado no passado, mas, sim, buscou também conhecer “o que promove o acontecimento” e gera as mutações (agentes).

Essa nova doutrina faz da Contabilidade uma ciência de “causas” e não um agregado de conhecimentos sobre “efeitos”, nivelando-se aos demais ramos científicos no que tange a preocupação em buscar as “origens” dos fatos, ou seja, “o porque sucedem” os fenômenos.

Destacou, de forma lógica, as relações que movem a riqueza e que se acham fora dela, ou sejam as de natureza ambiental ou do entorno (natureza, sociedade, mercado etc.)

O ORGANISMO SOCIAL

As relações entre fatos são as que alicerçam o conhecimento científico e aquelas atinentes aos seres humanos já eram consideradas empiricamente desde a antiguidade.

Embora só Augusto Comte (1798 a 1857) tivesse disciplinado cientificamente tais fenômenos humanos sob a égide de um organismo deveras social, no início do século XIX, em verdade, de forma intuitiva, tal realidade já tinha sido percebida por grandes pensadores.

O estóico Marco Aurélio (imperador romano de 161 a 180 da era cristã), sob um prisma filosófico, inspirando-se em Marco Túlio Cícero (106 a 46 antes de Cristo) já admitia a sociedade como um grande campo onde as relações humanas intersubjetivas se desenvolviam, sendo merecedoras de observação e estudo.

Os gregos, nos quais tanto os romanos culturalmente se inspiraram, chegaram ao extremo de englobar no conceito de sociedade até o próprio Estado (fato que os estóicos não aceitaram, todavia).

Sobre a questão referida os grandes pensadores modernos como Hobbes, Pufendorf, Kant, Fichte e outros, não divergiram de Cícero e nem de Marco Aurélio.

Realmente, a coletividade, concebida como um organismo onde fatos se desenvolvem sob certas condições e circunstâncias em regime de interação, tem sido também a forma conceptual aceita pela ciência da Contabilidade (tal como Rossi e Masi, dentre outros, defendem), aceitando-a como um agente que influi e que recebe influências, em regime correlativo.

Isso porque o patrimônio, objeto de nosso estudo, está contido em uma “célula social”, que recebe e gera influências sobre os seus diversos entornos ou ambientes.

A sociedade é deveras um “superorganismo” que se constitui de diversos componentes e que tem células de organização definida.

Não foi sem razão que Comte denominou a referida de “organismo coletivo” e Spencer admitiu a evolução da mesma como “superorgânica”.

Embora a posição inicial pendesse para o absolutismo no trato do objeto científico de estudos da Sociologia, o fato é que a evolução terminou por ceder a uma realidade analítica a partir dos estudos de Aléxis de Tocqueville (1805-1859), dos sistemáticos de Vilfredo Pareto (1848-1923), mas, especialmente os de Emile Durkheim (1858-1917), este, ao qual se deve a verdadeira metodologia da aludida ciência.

Somou-se a tudo a concepção de interdependência científica, visão holística trazida aos estudos sociais por Marcel Mauss (1872-1950).

Tais conquistas evolutivas justificam a concepção que hoje adotamos no Neopatrimonialismo contábil, ou seja, a de um macro-organismo que como um grande universo interage com as suas múltiplas células, mas, com prevalência

do humano, ou seja, o respeito às necessidades do homem dentro de uma reciprocidade de respeitos.

Todavia, nem sempre sob tal ângulo a questão tem sido adequadamente vista e a complexidade, defluente da mescla de fatores que influem na referida interação, gerou e ainda gera divisões de opiniões.

Assim, a aludida imensidão de variáveis que se apresentaram nas indagações do objeto da Sociologia foi semelhante a que também se fez presente no campo da Contabilidade, justificando o surgimento de várias escolas de pensamento científico tanto em uma quanto em outra ciência (na Contabilidade: as correntes do Contismo, Personalismo, Controlismo, Controlismo, Aziendalismo, Patrimonialismo, Reditualismo etc. e na Sociologia as correntes Geográficas, Biológicas, Tecnológicas etc.).

A busca de maior realidade em torno da matéria de estudo foi a que sugeriu um maior aprofundamento e uma vocação para o “micro”, esta despertada especialmente após as teses epistemológicas de Georges Gurvitch (1894-1965), mais próximas do ser humano em seus espaços e de suas variáveis necessidades e experiências.

O exame passou a ser o de ordem tipológica e as sociologias especiais surgiram para se dedicarem aos momentos específicos do fenômeno social total, ressaltando as relações dos setores com a totalidade.

Não se tratou, pois, de uma ruptura conceptual, mas, de uma abertura em direção à realidade, aquela que tanto Giovanni Rossi quanto Vincenzo Masi igualmente aceitaram, para traçarem a metodologia de suas teses (uma Personalista, outra Patrimonialista) e a que o Neopatrimonialismo reconheceu como sugestão para que aceitasse um conceito de “célula social” (onde o humano tem prevalência sobre um conceito abstrato de sociedade).

Quer os estudos da Contabilidade, quer os da Sociologia, quer o de outras ciências, não podem sobreviver, na atualidade, em suas pesquisas se não se ativerem à realidade da importância que os “micro-universos” representam (inclusive e especialmente a Física, a Química, a Biologia etc.).

A metodologia científica cada vez mais se aprofunda na indagação dos “mundos particulares” do átomo, da célula orgânica, da “célula social”.

CÉLULA SOCIAL - RAZÕES CONCEPTUAIS EM CONTABILIDADE

A visão contábil, aquela que justifica a própria natureza científica do conhecimento, é a da riqueza específica ou individualizada.

Nosso estudo se opera no campo das empresas e no das instituições sem fins lucrativos, ambos micro-organismos, com vida própria, existente em um complexo mundo social.

A vinculação de um conceito contábil de patrimônio (este, como componente obrigatório e tomado como objeto científico da Contabilidade) àquele de “célula social” se abona, pois, pela essencialidade, como assim também ocorre com o da unidade celular em face do objetivo humano que persegue e da interação que deve existir com um organismo que representa o coletivo.

Ou seja, não se pode dissociar a riqueza da célula, nem esta do homem e nem este da sociedade.

Não é possível imaginar a célula sem que possua a riqueza como meio que alimenta a própria existência da mesma, nem justificar coisa alguma sem o ser humano e nem uma sociedade sem a participação de suas unidades componentes.

O patrimônio se insere como matéria obrigatória e constitutiva da célula, esta só se justifica em razão do ser humano e este como componente do mundo

social, gerando, por abstração, em face de um somatório, também, a idéia de um patrimônio social.

Essa cadeia de correlações, agindo interativamente, possui uma dinâmica constante, mas, também realidades distintas, embora coligadas.

Ou ainda, há um campo social, um da célula como objetivo humano e um outro do patrimônio, mas, todos eles em regime de correlação necessária, cada um justificando um objeto específico de estudos.

Cada espaço, tenha que dimensão tiver, deve de per si ser objeto de observação e de estudos defluentes, mas, tudo realizado separadamente.

Essa tem sido a vocação do conhecimento humano, pois, cada objeto de disciplina precisa de seu próprio método para ser considerado.

A sociedade, as células, o patrimônio, cada um desses elementos deve ser estudado de forma peculiar, quer em suas estruturas, quer em suas dinâmicas e peculiaridades diversas.

Os conceitos, pois, como agregados de idéias, carecem traduzir com a maior fidelidade possível cada conquista do pensamento em cada campo, mas, sem desconhecer a realidade e a natureza das essências e nem a correlação que inevitavelmente possa existir.

Em Contabilidade houve sempre a preocupação em encontrar expressões que adequadamente pudessem traduzir as idéias, desde o período pré-científico (séculos XVI a XVIII).

A ciência sempre muito dependeu, dentre outros fatores, de uma ordem conceptual organizada, para permitir proposições lógicas competentes para produzirem teorizações, estas que são as essências de tal conhecimento (foi com essa consciência que Lavoisier edificou a Química Moderna, oferecendo um grande exemplo a todos os demais ramos do conhecimento humano).

A doutrina contábil italiana, aquela que formou o mais vigoroso acervo científico, conceituou como “azienda”, “ente-social”, “ente-econômico-administrativo”, o que hoje o Neopatrimonialismo adota como “célula social”, para manter-se coerente em sua filosofia holística e espelhar a conexão entre o individual e o coletivo.

Os anglo-saxões, embora sem caráter científico ponderável, conceituaram como “entidade” o referido conjunto.

Muitos ilustres tratadistas preocuparam-se em teorizar sobre tal matéria e até a criar correntes de pensamentos que a defendiam, mas, cada uma sob sua ótica, estabelecendo campos variados de observação.

O Neopatrimonialismo, todavia, ateu-se à natureza dos fatos e à realidade dos mesmos, reconhecendo que os empreendimentos humanos que se organizam para gerir riquezas para a perseguição de fins diversos, de forma constante e com a intenção de perdurar, são células que participam de um organismo maior que é o mundo social.

Não visou a uma ruptura conceptual, mas, sim, buscou maior fidelidade de expressão, atada a uma visão interativa.

Reconheceu, como já foi dito, que em todas essas relações e interdependências correlativas requeria-se como método uma preocupação prioritária com as causas, mais que com os efeitos, ou seja, a de tomar como fundamento o “que faz acontecer” e não, apenas, o “acontecido” ou o “que possivelmente poderia vir a acontecer”.

Tal forma de entender priorizou a visão holística, priorizando o ser humano como centro da vontade e da execução desta, pois, o patrimônio não se move por si mesmo, mas, sim, sob causas agentes que direta ou indiretamente são responsáveis pelas transformações que inevitavelmente se materializam.

Entendeu que nenhum meio patrimonial se justifica sem que se ligue à necessidade humana e que foi esta a que há muitos milênios deu origem à própria formação histórica das células, a partir da organização familiar cujas bases ensejaram a evolução de todo o processo social.

Sob tal direção de pensamento foi que o Neopatrimonialismo adotou a denominação científica de “célula social” para que, de forma genérica, pudesse abranger “empresas” e “instituições sem fins de lucros” (nestas incluídas as próprias organizações familiares, políticas e estatais), como uma necessidade de natureza intelectual afeita a uma realidade ligada à natureza das coisas, de forma objetiva (como a ciência deveras requer).

Não se operou, pois, no caso, apenas uma mudança de natureza semântica, mas, especialmente, a de adaptação a uma nova filosofia ligada ao método referido (holístico e causal).

Considerou-se, sim, que onde existir um patrimônio em constante funcionamento, suprimindo necessidades, gerido de forma organizada, com escopo definido, movimentado por ação de pessoas, envolvido com todos esses propósitos, haverá sempre uma “célula social” comprometida prioritariamente com propósitos humanos.

PECULIARIDADES SOBRE A CÉLULA SOCIAL

A “célula social”, embora constituída pelo ser humano, nem sempre tem a existência compatível com a da própria pessoa criadora da mesma.

O caráter de subjetividade, pois, é algo que se exclui quando da observação científica da matéria, em relação à duração ou perenidade, devendo-se considerar distintamente “atividade humana” de “ser humano em atividade”.

A continuidade ou sobrevivência é, pois, relativa a um empreendimento cuja intenção natural é a de prosseguimento permanente (não nasce para se extinguir, mas, sim, para prosseguir vivendo, embora, nas pequenas empresas brasileiras a mortalidade seja elevadíssima em razão de problemas de diversas naturezas, especialmente as de capacidade administrativa e as derivantes do excesso de tributos, burocracia estatal e especulação financeira exacerbada).

A “célula social” pode, pois, sobreviver ou não ao seu titular, sendo, autônoma em relação ao “sujeito” ou ser humano no que tange à probabilidade de vida.

É possível, por exemplo, nas pequenas empresas, processar-se a extinção das mesmas pelo falecimento do titular, especialmente quando a atividade desenvolvida é artesanal ou profissional, mas, mesmo nesse caso, não se perturba a independência, porque tal efeito sempre decorre quando não há preocupação com a continuidade das idéias (estas que podem sobreviver) e não porque seja fatalmente esse o destino.

Importante, para fins de nossos estudos é pois a formação desse juízo de autonomia vital, de sustentação de uma individualidade não subjetiva, mas, tudo, por paradoxal que pareça, com prioridade do valor humano.

Uma ciência não deve fundamentar-se nos casos anômalos como base para seus axiomas e princípios, mas, sim, deles fazer instrumentos de confirmações das macro-regras.

A prevalência dos grandes propósitos do homem, em todos os sentidos, é condição metodológica primordial.

Portanto, a ótica social, embora necessária, é de prevalência relativa, pois, não se pode alhear o grande objetivo que justifica a tudo e que é o do ser humano, ou seja, o homem como centro e causa (inclusive com os seus compromissos éticos) e não como simples efeito de outros fatores (essa a filosofia do holismo neopatrimonialista contábil).

Ao mesmo tempo, não é possível dissociar a célula de seu complexo, mas, sim, consagrar-lhes a interdependência.

Embora a unidade social com o homem não se confunda, a “célula” não perde nunca, em sua atividade, o caráter humano, nem se dissocia da coletividade onde inevitavelmente se insere e sem a qual não sobreviveria.

Mesmo os defensores da “azienda”, como “unidade econômica”, não puderam sustentar esta concepção, diante da realidade, ou seja, terminaram por render-se à maior força do entorno social.

O genial Prof. Pietro Onida, líder na corrente da “economia aziendal” (obra identificada na bibliografia) curvou-se diante do inequívoco e que é a função de socialidade, embora fiel ao seu aziendalismo, procurasse sempre colocar em relevo o aspecto econômico.

Ou seja, o iluminado mestre sinalizou para a maior influência do grande organismo onde a “azienda” deveras se insere, como parcela; com sua capacidade inequívoca evidenciou com destaque o valor das pressões do coletivo.

Não fosse essa visão holística e hoje não se justificariam as aplicações da Contabilidade aos campos do Social, Ambiental Natural, Recursos Humanos e Intelectuais etc. (que são entornos do patrimônio).

No curso da existência das “células sociais” é ainda uma peculiaridade interna nas mesmas a de se sujeitarem a transformações de diversas naturezas, quer por acoplamento, quer por desmembramento, quer por partição (fusão, incorporação, cisão, participação em grupo etc.).

Expressivo exemplo é o que ocorre na atualidade com o aumento da concentração de empresas, como defesa do lucro perante um comércio cada vez mais competitivo e aberto em “mercados comuns”.

No intuito de manter a finalidade, como amparo de propósitos, muitas alterações de formas originárias podem advir nas empresas e instituições, pois, o objetivo é o da eficácia em todos os sistemas de funções patrimoniais, na busca permanente da prosperidade celular, aquela que pode gerar, por soma sucessiva, também, aquela social.

CIÊNCIA DA CÉLULA E CIÊNCIA CONTÁBIL

Sobre a vocação para aceitar a célula social como objeto de uma ciência, encontramos estudos que no passado foram desenvolvidos a partir do século XIX.

Tal foi a importância se deu ao assunto que ao tentar estruturar a questão admitiu-se que na realidade não só uma ciência, mas, um conjunto delas, merecia a consideração dos contadores.

Nesse sentido Giovanni Rossi, em sua obra editada em 1882 “L’ente econômico-administrativo”, apresentou tese de raro mérito (livro identificado na bibliografia deste artigo), considerada a de maior importância na questão, por historiadores da Contabilidade, como o professor Masi (obra identificada na bibliografia).

Entretanto, pouco tempo depois, tratadistas menos profundos, mas, com méritos científicos em seu campo de observação, como, dentre outros, Taylor, Gantt, Gilbreth, Barth, Mauro e Fayol, também buscaram disciplinar matéria pertinente às “células sociais”, analisando aspectos relativos à Organização e a Administração.

A corrente de pensamento aziendalista, também concomitantemente, começou a formar-se, amadurecendo na Alemanha e com Zappa firmando-se na Itália (a partir de 1927).

Um sem número de trabalhos de natureza empírica surgiu nos Estados Unidos, alguns com a denominação de “Economia de Empresa”, e, também, em outros países da América.

As monumentais obras de Alberto Ceccherelli (verdadeiro precursor do aziendalismo italiano), Pietro Onida, Lino Azzini, Giovanni Ferrero, Aldo Amaduzzi, Egidio Giannessi, Alberto Riparbelli, Teodoro D’Ippolito, Luigi Guatri, Giovanni Padroni, Ugo Caprara, Renzo Corticelli, Umberto Bertini, Ângelo Riera, Domenico Amodeo e tantos outros buscaram dar à “Economia Aziendale” um vigor que em realidade sobreviveu por décadas.

Os cientistas da Contabilidade na Itália, todavia, já no fim do século XX, admitiam a impossibilidade de prosseguir considerando a “Economia Aziendale” como algo uno e duvidavam até que esta pudesse ser um conjunto de ciências.

É de louvar-se o que os insignes intelectuais referidos produziram porque suas obras são primores de qualidade, mas, sem nenhum demérito podemos afirmar que não resistiram à evolução, nem a pressão das transformações econômicas, tecnológicas, éticas e sociais acontecidas na segunda metade do século XX.

As mutações referidas evidenciaram a debilidade do método de uma “Economia Aziendale”, ou seja, comprovaram não ser possível tratar da mesma forma “pessoas” e “elementos impessoais” (patrimônio), embora não invalidassem muitas das grandes conquistas que os mesmos realizaram.

Que os conhecimentos sejam correlatos e se apliquem a aspectos de uma mesma realidade não se pode duvidar, mas, que tenham o mesmo critério de especulação intelectual é difícil aceitar, pois, a prática tem comprovado ser ineficaz tal forma de tratamento.

Assim, por exemplo, o fato de na empresa existirem várias relações de direito não autoriza a dizer que o Direito é uma ciência empresarial.

O procedimento de contabilmente realizar-se a depreciação tendo-se por base o desgaste físico do immobilizado não autoriza a considerar a Contabilidade como uma ciência Física.

O exame de cada matéria científica se faz sob a égide de uma finalidade ou aspecto que orienta a natureza da verdade que se busca.

Modificada a forma observar inevitavelmente se modifica o método da investigação do fenômeno.

A célula social é constituída de elementos distintos conviventes, com realidades próprias, merecendo cada um deles uma consideração específica.

Como à ciência só a realidade importa é preciso dar autonomia aos objetos de estudos para que daí também deflúa a utilização de metodologias diferentes, diante de fatos particulares em suas manifestações e comportamentos.

Portanto, não obstante tudo se estude em função da “célula social” isso não significa que os estudos científicos se façam de forma globalizada.

Seria o mesmo que, a seguir-se tal critério, se incluísse tudo o que diz respeito à “célula social” na Sociologia, tudo o que se refere ao homem na Geografia porque a sociedade se inclui na Terra ou se englobasse tudo na Astronomia porque a Terra está contida no sistema solar e este em uma galáxia.

A lógica das ciências não segue a essa forma de proceder massificada e sucinta, mas, sim, coloca a realidade do entendimento de cada natureza de coisas acima de qualquer outro interesse.

A Contabilidade, de acordo com a doutrina neopatrimonialista, considera o estudo contábil do patrimônio da “célula social” sob o aspecto da prosperidade, pois só esta representa a anulação permanente da necessidade e também, ao mesmo tempo, uma crescente eficácia competente para justificar a própria organização das referidas unidades humanas.

Nesse sentido, amplifica de tal maneira a forma de observar os organismos referidos que inclusive o Estado e todos os gêneros de associações permanentes e organizadas para a perseguição de objetivos humanos se incluem na consideração científica contábil.

Há um comprometimento conceptual de fundamento entre a Contabilidade e a “célula social”, pois o objeto dessa ciência é um dos componentes obrigatórios do aludido organismo.

A ótica holística, contudo, do método neopatrimonialista, transcendeu ao que tradicionalmente se adotou e passou a incluir os agentes modificadores da riqueza no regime de análise, no que tange a qualidade da influência exercida na transformação da riqueza.

Não se preocupou e nem teve intenção, entretanto, em estudar a essência dos agentes motores da riqueza, pois, isto é campo de outros ramos do conhecimento (Ecologia, Biogenética, Sociologia, Psicologia, Economia, Política, Administração, Direito etc.), mas, sim, a natureza da influência, como causa transformante da substância patrimonial.

O Neopatrimonialismo contábil respeitou os limites das demais outras ciências correlatas quanto ao estudo específico do objeto das mesmas, absorvendo a análise do que sendo “efeito” nessas, passa a ser “causa” no âmbito do patrimônio.

Isso porque, quer dentro da célula social, quer fora dela, existem influências promotoras de fenômenos patrimoniais cuja conexão precisa ser conhecida para que possa completar o entendimento sobre a realidade das ocorrências.

Portanto, no caso, por exemplo, da inflação, embora esta seja um fenômeno estudado pela Economia, a Contabilidade só se interessa pelo que tal fato produz no patrimônio, estudando o mesmo como uma “causa agente”, ou seja, sob um outro ângulo de observação.

Ou seja, no caso, é à Economia que interessa buscar as razões do porque ocorre a inflação; a Contabilidade não se preocupa com tal fenômeno em si, senão quando atinge, como transformador de valores monetários, o aspecto quantitativo do patrimônio.

Reconheceu, o Neopatrimonialismo, a necessidade de estudar os fenômenos patrimoniais em conexão com as demais ciências, observada a pertinência em cada caso, mas, sem submissão de método e nem de cultura, dignificando e defendendo, portanto, a autonomia científica da Contabilidade.

BIBLIOGRAFIA

CASELLA, Carlos Luis Garcia e RAMIREZ, Maria Del Carmen Rodriguez de – Elementos para una teoria general de la Contabilidad, edição La Ley, Buenos Aires, 2001

COMTE, Auguste – Cours de Philosophie Positive, volume IV e V, 5ª edição, edição Au siège de la société positiviste, Paris, 1892

DAVID, Maria Fátima e outros – Contabilidade social e desempenho organizacional, em Revista de Contabilidade e Comércio, nº 234-235, volume LIX, Porto, junho de 2003

GARCIA, Moisés Garcia - Contabilidad Social, edição ICAC, Madri, 1980

GARCIA, Carmen Hernández – Respuesta del sistema informativo contable a la responsabilidad social de la empresa : especial referencia a España, em Técnica Contable n.º 605, Madri, maio de 1999

GRAWITZ, Madeleine – Méthodes des sciences sociales, 4ª. edição Dalloz, Paris, 1979

KROETZ, César Eduardo Stevens – Contabilidade Social, em Contabilidade e Informação, n.º 4, editora UNIJUI, Ijuí, Outubro de 1999

KROETZ, César Eduardo Stevens – Balanço Social, teoria e prática, edição Atlas, São Paulo, 2.000

MASI, Vincenzo - Bataglie e conquiste in economia aziendale, edição Livio Stracca, Pescara, 1935

MASI, Vincenzo – Principi di scienza delle aziende, edição CEDAM, Pádua, 1946

ONIDA, Pietro - Economia d'azienda - edição UTET, Turim, 1962

RODRIGUEZ, José Maria Requena - Epistemologia de la Contabilidad como teoria científica , 3ª. edição da Universidade, Málaga, 1985

ROSSI, Giovanni - L'ente economico-amministrativo, vols I e II, edição Stabilimento Tipo-Litografico degli Artigianelli, Regio Emilia, 1882

SACARANO, Eduardo R. (coordenador) e outros – Metodologia de las ciências sociales, edição Macchi, Buenos Aires, 1999

ZURUTUZA, Emilio - La empresa y el proceso de integración economico internacional, em Internacionalización de la empresa : un desafio para el 2.000, edição AECA, Madri, 1995